



Corrente Proletária ESTUDANTIL



#31 NOVEMBRO/2013

Autonomia Universitária e luta pelo governo tripartite

Em primeiro de outubro de 2013, os estudantes da Universidade de São Paulo ocuparam a reitoria em protesto à negativa da solicitação de abertura do Conselho Universitário (CO) em sessão. Esse C.O. se posicionaria quanto à nova forma de eleição para reitor. A greve foi deflagrada e o conteúdo autoritário e antidemocrático do governo da universidade e a possibilidade de reformá-lo ganhou destaque dentro da universidade e se projetou para fora de seus muros por meio das grandes mídias. As principais propostas apresentadas que se relacionam com a estrutura de poder foram dos reformistas (PSol) e centristas (PSTU), de diretas paritárias para reitor sem a lista tríplice, dos centristas (LER-QI) de estatuinte, e do POR de governo tripartite, com voto universal submetido à assembleia geral universitária e com mandato revogável.

As propostas dos reformistas e centristas são alterações estéticas na estrutura de poder, não afetam o substancial que é o atual controle sobre a universidade. As diretas paritárias é o trilho em que os estudantes disputariam com a casta de professores um número maior de cadeiras dentro dos organismos de poder controlados pelos professores. O estatuto, enquanto uma expressão das relações de poder dentro da universidade, não será modificado em sua essência com base nas atuais relações autoritárias e antidemocráticas. Um estatuto de fato democrático será expressão de um governo dos três setores, conquistado pelo movimento.

Reformar a atual estrutura de poder da universidade é torná-la autônoma diante do Estado. Passa por derrubar a atual casta burocrática e eleger um governo triparte (estudantes, funcionários

e professores), sob o método da democracia operária, ou seja, com voto universal, mandato revogável e subordinado à assembleia geral universitária.

A universidade, e a educação em geral, é determinada pela estrutura econômica, reflete as características e contradições da economia de um país e de sua classe dominante. É do Estado e da burguesia que reivindicamos a independência política.

A casta burocrática é instrumento do Estado representado dentro da universidade, que se torna submissa à política reacionária da burguesia para a educação. Para arrancar a universidade da mão do Estado é preciso arrancá-la das mãos de sua burocracia e entregá-la ao controle dos que estudam e trabalham.

Para cumprir a tarefa de derrubar o poder da burocracia será preciso que os que estudam e trabalham se unam às massas. Um movimento que vem de fora da universidade, sob a direção e o programa da classe operária, a única capaz em unidade com o conjunto dos estudantes, efetivar a mudança no controle da universidade, arrancando-a de uma minoria atrelada às grandes empresas privadas (fundações, indústrias farmoquímica etc) para as mãos da maioria.

A autonomia universitária é uma tarefa democrática que será imposta à burguesia pela classe operária, estudantes e trabalhadores da educação. A burguesia não tem como conviver com a autonomia universitária, irá combater à morte para não ser conquistada. É uma tarefa democrática que passou para as mãos da classe operária. Cumpre o mesmo papel que outras reivindicações transitórias.

Aprovação do governo tripartite Uma vitória do ME que deve ser defendida a fundo

O fato de a assembleia ter aprovado a noção de que a universidade deve ser dirigida pelos três setores é um enorme passo adiante. Questiona o fundamento antidemocrático burguês de que os professores devem deter o monopólio do controle da universidade. Na realidade, nem são os professores que exercem o poder universitário, mas os seus quadros burocráticos, principalmente aqueles mais vinculados ao Estado e ao empresariado. O governo tripartite rompe esse monopólio e se opõe ao burocratismo.

A autonomia universitária resulta do rompimento do controle do Estado e da burocracia docente sobre a universidade. Estudantes, funcionários e professores mobilizados e unificados pela assembleia universitária impõem seu controle, portanto seu governo. Esse é o conteúdo do governo tripartite, eleito pelo voto universal. Em circunstância mais avançada das conquistas, a própria assembleia universitária poderá eleger o governo da universidade. É obrigatório o critério de revogabilidade do mandato pela

assembleia universitária.

A autonomia universitária é uma bandeira transitória de luta pelas transformações socialistas. É democrática porque se trata de uma tarefa que deveria ser realizada pela própria burguesia. O seu caráter de transição indica que faz parte de um conjunto de tarefas que levam à luta das massas pelo socialismo. Não poderá ser realizada plenamente no âmbito do capitalismo. Somente o programa da classe operária poderá responder às tarefas democráticas não cumpridas pela burguesia, entre ela a autonomia universitária.

A luta pelo controle de quem estuda e trabalha da universidade é a via para se romper a camisa de força imposta pelo capitalismo putrefato à educação. A autonomia universitária estabelece o governo da universidade por estudantes, professores e funcionários. A mudança na relação de poder na universidade, portanto, política, permitirá assumir coletivamente o objetivo de superação do divórcio da educação com a produção social, sob a direção do proletariado.

Unidade dos Movimentos Sociais para combater a repressão – Pelo fortalecimento do Comitê Estadual Contra a Repressão!

Nas últimas semanas, os atos de rua dos movimentos sociais expuseram que a tendência de luta, iniciada em junho, ainda está latente. O Estado burguês responde com intensificação dos métodos repressivos. A repressão que após 13 de junho tinha um caráter aparentemente pontual voltou a ser desfechada de forma geral contra as ações dos movimentos. Foi aprovada em agosto deste ano a “Lei de Organizações Criminosas” para criminalizar individualmente e mais duramente os manifestantes.

O ato do dia dos professores, 15 de outubro, foi marcado por protestos e prisões dos manifestantes. Neste dia, apenas no Rio de Janeiro e em São Paulo foram divulgadas mais de 250 prisões. No dia 17 de outubro, em São Paulo, o movimento por moradia, em protesto contra a reintegração de posse de um terreno, é respondido com balas de borracha e envio de tropa de choque pelos governos. Em 25 de outubro, ato chamado pelo Movimento Passe Livre terminou com 92 prisões, apenas em São Paulo. 28 de outubro ficou marcado pelo levante dos moradores da zona norte de São Paulo contra o assassinato do jovem Douglas pela polícia.

Estes levantes expressam o aumento da opressão diante da crise econômica, apesar de seus reflexos no Brasil serem omitidos pela burguesia e seus instrumentos de comunicação. Os oprimidos vão às ruas em defesa das condições básicas para sobrevivência, como

moradia, transporte, educação e saúde. Sentem na pele a crise econômica, com a alta dos preços de alimentos, transporte, falta de moradia, serviços públicos como saúde e educação. A juventude registra a maioria dos desempregados, ou subempregados, e com uma grande parcela que está fora da escola. A burguesia, impossibilitada em ceder ao menos migalhas aos que se levantam, se arma por todos os lados para garantir a contenção dos que atuam instintivamente.

A burguesia se arma facilmente, pois tem em suas mãos um Estado organizado – pode elaborar suas leis e executá-las com seu braço armado, a polícia. Enquanto isso, os explorados têm apenas disposição para o enfrentamento na defesa instintiva pela sobrevivência. Os oprimidos devem buscar unidade na luta para se fortificar e combater a repressão do Estado burguês.

O Comitê Estadual contra a Repressão, uma frente que surgiu no movimento estudantil, atua politicamente em defesa do direito de lutar. Um direito que também só pode ser garantido nas ruas em defesa das reivindicações e métodos de luta. A minoria que oprime diariamente não pode ditar como e que bandeiras os movimentos vão erguer.

A Próxima reunião do Comitê Estadual Contra a Repressão ocorrerá dia 28/11 às 19h30 no IA - UNESP. Próximo ao metrô Barra Funda - S. Paulo.

Combater as novas medidas repressivas dos governos

A reunião dos governadores de São Paulo (Alckmin) e do Rio de Janeiro (Cabras) com o Ministro da Justiça (Cardoso) concluiu que se fará uma mudança na lei que permite à polícia aumentar a repressão.

A justificativa é de conter os Black Blocs. Na realidade, os governos estão usando as ações de quebra-quebra dos “anarquistas” para combater o movimento de massa, que tende a ganhar cada vez mais as ruas. Os Black Blocs são passageiros. Não têm programa, são antipartidários e inconseqüentes. A burguesia quer aproveitar o momento para ampliar sua legislação repressiva e suas medidas policiais não apenas para conter os Black Blocs, mas para enfrentar o movimento operário e popular. Veja a lei antigreve que oprime e amarra os sindicatos.

Os trabalhadores e a juventude devem combater qualquer medida de restrição à liberdade de livre manifestação.

“Mais Médicos” revela miséria da saúde no Brasil

O Comando Local de Mobilização Estudantil (CLME) da UFCG discute o programa “Mais Médicos” do governo federal. A defesa da saúde é parte da defesa das condições de vida dos oprimidos. Para quem agoniza nos corredores dos hospitais públicos, qualquer médico é melhor do que nenhum. O programa de Dilma/PT por “Mais Médicos” não visa a resolver a miséria da saúde, mas tão somente aliviar os largos anos de precarização dos hospitais públicos, em respostas às pressões vindas das mobilizações de junho.

A oposição feita ao programa, organizada pelo Conselho Federal de Medicina e pela Associação Médica Brasileira, sob o argumento de que não faltam médicos no Brasil, e por isso não há motivos para o Governo federal importar médicos, é tão somente uma reação para garantir o monopólio sobre conhecimento técnico e científico da saúde, o que lhes confere altíssimos ganhos.

O problema da saúde restringe-se ao explorados. A profunda exploração impede que sejam capazes de pagar pelo atendimento particular. A saúde, enquanto mercadoria, não é acessível a todos. O programa da classe operária deve ser o de criação de um sistema único, estatal e gratuito de saúde, o que implica na estatização, sem indenização de toda a rede privada de saúde.

Privatização do Campo de Libra: de joelhos ao imperialismo, Dilma entrega o Campo de Libra às multinacionais

Em 20 de outubro, protegido por um aparato de guerra, o Campo de Libra é leiloado. Participam do consórcio a Petrobrás, Shell, Total, CNPC e CNOOC, que terão 35 anos para explorar a reserva do Pré-Sal, estimada em R\$3,0 trilhões.

O Brasil não é soberano sobre sua economia, é submetido ao imperialismo que pressiona para a privatização de seus recursos naturais. Os países imperialistas têm interesse em controlar ao máximo as reservas de petróleo, de forma a controlarem a economia mundial profundamente vinculada a essa fonte energética.

O saque é generalizado aos países semicoloniais, impondo a necessidade de organizar uma Frente Única Antiimperialista, o caminho para combater a entrega das riquezas nacionais ao capital imperialista e defender as nações oprimidas.

**Conheça nosso programa: www.pormassas.org
Entre em contato: estudantil@pormassas.org**

Unifesp: a farsa da reitora democrática escolhida pelo movimento estudantil

Soraya Smaili foi candidata ao cargo de reitor, sob os cuidados e campanha eleitoral realizada pelo DCE da Unifesp/PSol/PSTU, ganhou a consulta na comunidade universitária e se tornou a atual reitora da Unifesp sob a forte imagem democrática. Esse processo se deu após uma forte mobilização estudantil em 2012, que durou cinco meses, com ocupação de diretoria acadêmica e dois confrontos com a polícia em menos de quinze dias, o que resultou em 46 presos da primeira e 26 da segunda intervenção policial.

Uma das suas promessas de campanha foi a anulação de todos os processos aos estudantes. Estamos em final de 2013, os processos ainda estão abertos, os estudantes estão respondendo em audiência pelos processos criminais e as sindicâncias

Bahia

Estudantes residentes ocupam CPD da UFBA

Passado um mês do início do semestre na Universidade Federal da Bahia (UFBA), o Restaurante Universitário (RU) continua fechado, prejudicando os estudantes, particularmente os que dependem da assistência estudantil ou que moram nas residências universitárias. As promessas realizadas pela Reitoria não foram cumpridas até agora, nem há sinais de que serão cumpridas no curto prazo. Além do fechamento do RU, há graves problemas relacionados ao serviço de ônibus, que transportam os estudantes na universidade (buzufba), nas residências e cursos, além de outras questões relativas à permanência dos estudantes na universidade.

Atualmente, os residentes universitários têm se colocado à frente da luta, em defesa do direito de acesso e permanência no ensino superior. Por isso, os residentes da Residência Universitária R5 ocuparam o Centro de Processamento de Dados (CPD) da UFBA em defesa de suas reivindicações. Utilizaram, portanto, o método da ação direta (ocupação) como forma de impor à reitoria o direito à assistência estudantil e à permanência na universidade.

Entre os dias 12 e 17 de novembro, ocorrerá um encontro de estudantes residentes em Salvador, que congregará estudantes de vários estados. A tarefa consiste em ampliar a mobilização nos centros e faculdades, buscando engrossar o apoio e a solidariedade aos residentes, além de pressionar a atual direção do Diretório Central dos Estudantes (DCE), constituída pelo Levante e correntes petistas, para que assumam a defesa da ocupação e chamem assembleias. A Corrente Proletária (POR) tem participado ativamente da ocupação, chamando os demais estudantes a engrossar as suas fileiras, além de defender que a reitoria atenda imediatamente as reivindicações estudantis.

também continuaram por exigência da Controladoria Geral da União.

A candidata foi vista como democrática, mas o exercício de seu cargo de reitora se mostra autoritário e antidemocrático. Continua processando os lutadores, presos por defenderem a educação pública, se aproveita da desmobilização estudantil para fechar um acordo milionário de aluguel (15 milhões) com a Toricelli/Anhanguera. O grupo Anhanguera é o maior monopólio educacional do mundo, com aproximadamente um milhão de alunos.

A burocracia acadêmica é um instrumento do Estado que necessariamente é autoritário, de forma a impor os interesses de uma minoria às necessidades da maioria.

Rio Grande do Norte

Caos no estado, UERN atacada, direção paralisada!

A UERN tem passado uma situação difícil e as categorias não têm vindo em sua defesa. As precárias condições da estrutura da universidade refletem o quadro de sucateamento e abandono em que os governantes (Wilma/PSB, Rosalba/DEM) deixam a UERN.

Como se não bastasse, a governadora Rosalba Rosado/DEM baixou um decreto que conteve qualquer gasto (?) na UERN durante 60 dias.

A burocracia universitária serve aos interesses do governo burguês dos Rosados (DEM), tentando conter gastos. Contêm-se gastos em educação, saúde e segurança mas cumprem-se os compromissos com as empreiteiras da Copa do Mundo e usa-se o SUS para financiar a saúde privada. Essa é a política dos Rosados, de favorecimento dos lucros capitalistas em detrimento da vida, saúde e salário dos trabalhadores.

Nessa situação, a Corrente Proletária na Educação/POR chama a categoria para tomar em suas mãos a defesa da UERN, dos seus salários, das suas condições de vida, organizando a luta coletiva. Nesse sentido propomos:

1. Formação de um Comando de Luta para organizar os enfrentamento com o governo. Esse Comando deve:
2. Lutar por mais verbas para a UERN. Organizar mobilizações, lutas, paralisações e ocupações na semana de votação do orçamento da UERN na Assembléia Legislativa;
3. Que o movimento dos docentes, junto com os funcionários e estudantes, elabore uma proposta orçamentária da UERN para defendê-la diante da Assembleia e da burocracia universitária;
4. Paralisação da UERN no dia da votação do seu orçamento na Assembleia Legislativa;
5. Construir a greve. Uma greve unificada com o funcionalismo estadual e os demais trabalhadores da produção. Para isso é preciso:
 - a. Unir com os trabalhadores da saúde e educação básica do Estado em uma greve só. Lutar pela unidade com a polícia civil.
 - b. Exigir da CUT, CSP/Conlutas e CTB uma plenária em conjunto das centrais sindicais combativas para a organização e luta conjunta com os trabalhadores da produção. As centrais sindicais devem chamar os seus sindicatos.
 - c. Construir um congresso dos trabalhadores do Estado para unificar a pauta de reivindicações e encaminhar a luta em conjunto.
6. Contra a não abertura do vestibular nos núcleos. Transformação deles em campi. Corpo efetivo de trabalhadores para eles.
7. Exigir do governo a reforma imediata do auditório da FASSO, as salas de Química, Complexo da UERN em Natal, FANAT, ônibus para a UERN;
8. Pagamento em dia dos salários dos trabalhadores da UERN. Um dia em atraso, um dia parado. Não aceitar o atraso do 13º com paralisação das atividades e movimentações de rua.
9. Voto universal para eleições de chefes de departamentos e direções de faculdades.
10. Governo das três partes (tripartite) – estudantes, professores e funcionários, com maioria estudantil – com soberania das assembleias universitárias. UERN sem reitor!

Crise egípcia: o retorno da Irmandade Muçulmana às ruas

A Irmandade Muçulmana convocou para 04 de novembro manifestações contra o julgamento do presidente Mohamed Morsi, deposto por um golpe articulado pela cúpula militar em julho deste ano. A Justiça egípcia mantém Morsi e outros líderes de sua organização detidos, acusando-os de incitarem a morte e a tortura de manifestantes que protestavam contra os decretos que, na época, ampliavam seu poder. Desde a deposição de Morsi, a Irmandade Muçulmana e seus partidários têm sido violentamente atacados pelo regime nas manifestações que exigem o retorno do presidente, em uma onda de repressão jamais vista na história deste frágil país semicolonial.

O levante das massas e a remoção de Mubarak pela cúpula do Exército foram capítulos da luta de classes em meio a um país de economia débil, de forças produtivas extremamente atrasadas

e fortemente controlado pelo imperialismo americano, no contexto de revolta das nações oprimidas, principalmente no norte da África e no Oriente Médio. Sob o modo de produção capitalista e de submissão ao imperialismo, a unidade nacional tem sido conservada através das Forças Armadas, instituição necessária para a burguesia nacional manter-se como classe dominante. Devemos ser contrários à repressão aplicada à Irmandade Muçulmana e seus partidários pela Junta Militar. É preciso a constituição de um partido marxista-leninista-trotskyista para auxiliar as massas a caminharem pela libertação do país do controle imperialista, da Junta Militar e constituição de um Estado que retire a economia das mãos da frágil burguesia nacional para ser dirigido pelas massas organizadas em torno da classe operária revolucionária.



Formação

O extrato abaixo foi extraído da obra "Problemas da reforma universitária" de Guillermo Lora. Trata-se de uma pequena parte da trajetória histórica do movimento estudantil boliviano, que em seu percurso certamente conseguiu colocar os alicerces de um programa revolucionário na universidade. Conseguiu definir nos documentos programáticos das organizações estudantis, que a universidade é um espaço da luta de classes e que a luta pela autonomia é a luta entre o proletariado e a burguesia pela direção da juventude pequeno burguesa. A autonomia universitária é uma reivindicação democrática burguesa que a burguesia de um país atrasado não pode cumprir e que, por isso, essa tarefa passou para as mãos do proletariado.

A autonomia que pressupõe capacidade da comunidade universitária se autogovernar, é em sua essência, autonomia frente ao governo central. Pode-se constatar uma permanente luta entre o poder executivo e a universidade autônoma, pois é constante o interesse daquele em fortalecer-se às custas do cerceamento da autonomia. Seria equivocado deduzir, a partir disso, que existe uma contradição fundamental entre autonomia e governo burguês. A universidade autônoma é uma reivindicação democrática, que inicialmente serviu à classe dominante para utilizar o ensino superior em seu próprio benefício. O que ocorre é que um determinado governo burguês pode entrar em conflito com a lei ditada pela própria classe dominante e com as empresas capitalistas consideradas individualmente.

A autonomia universitária é um fenômeno social histórico, que apareceu como uma reforma inevitável e progressista em certo momento do desenvolvimento do capitalismo, mas que não poderá sobreviver sob a ditadura do proletariado, porque esta terá a missão de somar todos os recursos de energia social em direção a uma sociedade sem classes.

A universidade autônoma nem sempre é progressista, pelo contrário, em geral atua como instrumento da reação, dentro do plano de manutenção da atual sociedade. Para que a autonomia siga uma orientação revolucionária é preciso que os setores radicalizados do movimento estudantil e político consigam orientá-la para as posições da classe operária, o que, na realidade, só se pode conceber como o resultado da agudização da luta de classes.

A história boliviana ensina que a autonomia pode também concluir sob controle da camarilha reacionária, que utiliza os recursos do ensino superior para seus objetivos mesquinhos. Trata-se de uma verdadeira alienação da autonomia e de sua orientação à margem dos objetivos da massa estudantil.

Desde o início da reforma universitária, teve-se certeza de que era imprescindível a participação ativa dos componentes da comunidade universitária para assegurar a efetivação da autonomia. À margem dessa participação, o autogoverno universitário não poderia se estruturar.

Inicialmente, não se compreendeu que nem todos os setores da

comunidade universitária (estudantes, administrativos e docentes) estavam no mesmo nível, para decidir a orientação política da universidade e colocar a autonomia a serviço dos setores majoritários, quer dizer dos estudantes. Em determinadas circunstâncias, os docentes, interessados em levar as maiores vantagens possíveis para a sua carreira profissional, se sentem inclinados a capitalizar a autonomia em seu exclusivo benefício. Desta maneira, a autonomia pode ver-se totalmente desvirtuada: a universidade acaba reduzida à condição de feudo de algumas camarilhas formadas dentro do corpo docente. A luta estudantil contra essa degenerescência do regime autônomo tem sido longa e sinuosa.

Quando se estabeleceu a necessidade de colocar a universidade dentro da linha política do proletariado, se fez evidente a urgência dos estudantes – setor em que se assentavam as tendências revolucionárias – tomarem em suas mãos a orientação política da universidade. Mas não se tratava apenas disto. A universidade autônoma nem sempre tem mostrado capacidade para renovar os sistemas pedagógicos do ensino, às vezes se torna totalmente conservador e estranha à investigação, sobretudo quando os setores da classe dominante situada no governo se identificavam com as correntes mais reacionárias.

A luta por uma universidade renovada, altamente capacitada para formar bons profissionais, e que ao mesmo tempo, capaz de contribuir com a orientação política dos explorados, se sintetizou na consigna de co-governo que permite aos estudantes participação decisiva no governo universitário. Foram estes os fundamentos que permitiram concretizar os objetivos estudantis na fórmula de co-governo paritário docente-estudantil.

A efetivação do co-governo paritário constitui o ponto mais elevado ao qual chegou a reforma universitária na Bolívia. Não é casual que isto tivesse sido possível durante a revolução universitária de 1970-71. Na realidade, a universidade não faz mais do que refletir a profunda mobilização e radicalização das massas e a acentuação da luta de classes. Durante este período, foi estabelecido um problema de vital importância para o futuro da reforma universitária: a direção política proletária das universidades.